



Participaram: Bárbara Mengardo, Hamilton Octavio de Souza, Lúcia Rodrigues, Tatiana Merlino. Fotos: Jesus Carlos.



**“A DESIGUALDADE no Brasil é coisa de SOCIEDADE FEUDAL”**

**P**esquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT), professor da Unicamp e atual presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, o economista Marcio Pochmann analisa, nesta entrevista exclusiva para *Caros Amigos*, vários problemas sociais e econômicos do Brasil, aponta alguns dos grandes desafios do presente e do futuro, aborda de forma precisa e reveladora os assuntos mais delicados da agenda política, como a elevação dos juros, a concentração do capital, os salários e o desemprego, a inclusão social e as reformas constantemente adiadas. Enfim, um material fundamental para quem quer entender melhor a realidade brasileira.

**Hamilton Octávio de Souza – Como você virou economista e qual é a sua trajetória, de onde é, onde estudou?**

Marcio Pochmann – Bem, eu sou gaúcho, nasci em uma cidade chamada Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, que é basicamente no centro do estado, uma cidade colonizada por imigração alemã na segunda metade do século 19, é a principal região produtora de fumo e erva-mate. Eu estudei em um colégio católico, desde os dois anos de idade até completar o ensino médio. Fiz vestibular para medicina e para a minha sorte não passei. Aí eu trabalhei quase um ano em uma fábrica de beneficiamento de fumo na minha cidade, naquela época era uma fábrica nacional que se chamava Fumo Sul, hoje é praticamente uma internacionalização das indústrias que beneficiam fumo no Brasil.

**Tatiana Merlino – Fazendo exatamente o que?**

Meu curso de 2º grau era técnico em química. Então eu trabalhei na fábrica de fumo como analista de laboratório dessa fábrica, que media teste de nicotina, umidade do fumo, pois era basicamente fumo para exportação. Aí eu fui para Porto Alegre e lá eu fiz o curso de economia da Universidade Federal Rio Grande do Sul, de 81 a 84. Foi uma experiência muito interessante.

**Tatiana Merlino – E quando você veio para a Unicamp?**

Bem, eu vou para Porto Alegre, fico quatro anos lá e a gente tinha uma experiência muito rica de participar do movimento estudantil. Tinha congresso da UNE, UEE e eu acabei até sendo presidente do centro acadêmico lá, do DAECA, Diretório Acadêmico de Economia, Contábeis e Atuárias. Foi muito rico essa possibilidade de participar do movimento estudantil lá. Bom, em 84 eu me formo, fiz toda a minha graduação fazendo estágios, minha família era humilde, eu sou filho de um relojoeiro e de uma funcionária pública municipal. Em 84 eu fazia um estágio no escritório regional do DIEESE, em Porto Alegre. Eu termi-



nei minha graduação, isso era final de 84 e nesta época o Walter Barelli que era diretor do IPEA me convidou para organizar o escritório regional do DIEESE em Brasília. Então em janeiro ou fevereiro de 85 eu fui para Brasília. Lá fiquei até dezembro de 88, lá acompanhei as atividades do DIEESE de assessoramento do movimento sindical, que estava renascendo naquele período em Brasília. Acompanhei a Constituinte, fiz minha pós-graduação em Brasília, dei aula na Católica de lá. Em 89 eu vim para Campinas, prestei um concurso, pois naquele momento tinha um projeto de criação do CESIT, que era uma combinação de interesses daqui do Instituto de Economia, uma visão mais acadêmica do tema do trabalho e da questão social vinculado com o engajamento com o mundo do trabalho. Era uma combinação de pessoas que vinham do DIEESE com colegas que já estavam aqui naquele momento. O João Manoel era uma das referências, na época, aqui do Instituto de Economia junto com o Carlos Afonso de Oliveira. O Jorge Matoso já era professor daqui, Aloísio Mercadante também era professor e vieram outros colegas que prestaram concurso e entraram como técnicos no CESIT. Além de ter sido técnico fiz também o meu doutorado aqui.

**Hamilton Octávio de Souza – Isso foi em 89?**  
É de 89 até 93.

**Hamilton Octávio de Souza – Reuniu um grupo importante aqui no CESIT, não é?**

Sim, sem dúvida. E aí começou a trabalhar na formação, montar uma especialização, pesquisa na área acadêmica aqui da universidade e um trabalho de pesquisa junto com o movimento sindical brasileiro. Mas justamente isso ocorreu na fase auge no movimento sindical do final dos anos 80. Mas à partir de 1990 começa uma longa noite de refluxo sindical. Mas foi muito importante porque nos deu uma dimensão nacional no ponto de vista de atuação com o sindicalismo brasileiro. Fiquei 92 e 93 fora do país, na chamada “bolsa sanduíche”, a qual você faz a pesquisa fora do Brasil. Acabei ficando um ano e meio fora estudando as políticas de garantia de renda do pós-guerra. Fiquei na Itália, França e Inglaterra. Isso foi muito importante para terminar minha tese de doutoramento que era uma comparação, entender a anomalia brasileira no caso italiano, inglês e francês no ponto de vista da constituição de políticas de garantia de renda chamada “política de bem-estar social”. Então em 93 eu concluí meu doutoramento. Em 94 eu terminei trabalhando em Brasília junto à assessoria do ministro Walter Barelli, ministro do governo Itamar, o que foi muito importante porque me permitiu trabalhar simultaneamente na construção do plano real. Em 95 me tornei professor, fiz concurso, entrei na Unicamp. Em 2001 acabei indo trabalhar com os colegas na gestão

da Marta Suplicy. Outra experiência muito importante foi a constituição de uma secretaria que não existia naquele momento na prefeitura, uma secretaria que tratasse o econômico-social.

**Hamilton Octávio de Souza – Como chamava essa secretaria?**

Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade. Foi possível constituir uma equipe de diversos colegas que vieram de universidades aqui de São Paulo. Era uma espécie de Sorbonne da prefeitura porque tinha muitos doutores, muita gente que se formou e foi se engajar lá com essa perspectiva de buscar a reconstrução do desenvolvimento da cidade de um período longo de estagnação e regressão, combinando justamente a parte de programas vinculados a emancipação social, principalmente do segmento mais empobrecido. Isso permitiu desenharmos um pacote que chamávamos de estratégia paulistana de inclusão social que começava com um programa de transferência de renda. Sem falsa modéstia posso dizer que os programas federais hoje, uma parte estão referenciados ao que ocorreu em São Paulo, por exemplo o programa “Bolsa Família”. O cadastro do “Bolsa Família” ele foi, digamos, influenciado pela forma que a gente construiu do chamado cadastro cidadão na prefeitura de São Paulo.

**Lúcia Rodrigues – O IPEA sob a sua presidência teve um ponto de inflexão, passou a privilegiar as pesquisas estruturais da sociedade, em detrimento da parte conjuntural. Como isso contribui efetivamente para diminuir a desigualdade social no país?**

Começo dizendo que as pesquisas não mudam a realidade, permitem conhecer melhor a realidade. Ao conhecer melhor a realidade é o primeiro passo para mudar a realidade. Se a gente não conhecer a realidade, não entender a realidade, não vai mudar a realidade. O IPEA é diferente da universidade, em que você tem autonomia da produção do conhecimento. De maneira geral, o que move o pesquisador acadêmico é a vontade dele conhecer a realidade. No caso do IPEA, que é uma instituição de pesquisa econômica aplicada, é diferente, tanto é que lá os nossos colegas não são pesquisadores, são técnicos em planejamento e pesquisa. A ideia é que a pesquisa esteja articulada ao planejamento da própria política pública, tem a ver com a concepção que teve o IPEA originalmente, que é uma instituição da ditadura militar, criado em 64 e não foi pensado no Brasil. Ele é produto norte-americano, como foi também o PAEG, o plano de ação econômica do governo do regime militar, um programa de estabilização monetária, um programa ortodoxo aplicado em 64.

**Hamilton Octávio de Souza – Qual é o papel**

**estratégico do IPEA hoje?**

Todo esforço que estamos fazendo está associado a um planejamento estratégico que constituímos, cuja principal centralidade é permitir que o IPEA tenha a capacidade de atuar nas complexidades do planejamento do estado brasileiro. A sociedade brasileira, em consequência o estado brasileiro, é de uma complexidade enorme. Pegando qualquer área é um mundo de problemas e desafios. Nós operamos em forma de convênio com os ministérios, cada um tem um acordo-cooperação que diz lá o que vai fazer, quanto tempo, o recurso envolvido e é tudo transparente no nosso site. Como é que a complexidade da educação se combina com a complexidade da saúde, essa visão holística totalizante é fundamental para o IPEA, para que possamos acompanhar com os setores e monitorar o conjunto das políticas públicas e ao mesmo tempo ajudar na coordenação dessas ações no médio e longo prazo. Isso de certa maneira, não se faz no Brasil.

**Tatiana Merlino – Queria que você falasse um pouco da última pesquisa do IPEA sobre a redução da pobreza extrema, quantas dessas metas foram atingidas? Quanto se deve ao “Bolsa Família”, quanto ao crescimento da economia? E queria saber também se com isso conseguimos superar o ciclo da pobreza?**

Nós estamos iniciando o século 21 com problemas do século 19, nós estamos ainda com problemas de países subdesenvolvidos, pois país desenvolvido não tem pobreza, pobreza extrema, tem pobreza relativa, tem outras formas de manifestação da pobreza. Nós estamos atingindo este patamar de ter no horizonte o fim da pobreza extrema de forma tardia porque pelo patamar econômico que o Brasil atingiu já nos anos 70, início dos anos 80, já não era adequado ter indicador de pobreza como ainda tinha. A Constituição de 88 é a primeira Constituição que temos no Brasil que estrutura o estado de bem-estar social. A Constituição permite estabelecer as chamadas estruturas verticais, no caso da educação, da saúde, do trabalho, da assistência, da previdência. Hoje nós temos uma estrutura de estado de bem-estar social próxima à estrutura europeia de estado de bem-estar social. O sistema de saúde estruturado no Brasil é muito mais eficiente do que o sistema de saúde norte-americano, nosso sistema de saúde com 8% do PIB move essa massa gigantesca de pessoas, no caso dos EUA são 18% do PIB. Se você juntar os recursos públicos e privados e você tem um parte dos norte-americanos pobres que não tem acesso ao sistema de saúde, tanto é que foi feita a reforma agora, muito recente. Olhando o lado educacional, praticamente os 100 anos da república, de 1889 a 1988 foram ínfimos do que se esperava de uma educação republicana, a despeito dos discursos de que a educação é a base de um cidadão universal. A experiência democrática brasileira nos últimos 25 anos mostrou que o Brasil tem capacidade de resolver os problemas do presente que estão conectados com o passado, da forma que o Brasil teve a escravidão que gerou a desigualdade racial, as questões vincula-

“O Brasil tem uma estrutura fundiária hoje pior do que era nos anos 50”.



**Novo sítio: [www.carosamigos.com.br](http://www.carosamigos.com.br)**

agosto 2010 | caros amigos 13

das à desigualdade de gênero, questões relacionadas a crianças e adolescentes, problemas que estão vinculados à transição tardia que o Brasil fez da sociedade agrária para a sociedade urbano-industrial, pelos problemas que foram gerados pelo ciclo de expansão dos anos 30 aos anos 70 sem estarem associados a democracia. Nós tínhamos uma maioria política originária da revolução de 30 e que vai até o fim dos governos militares até 82/83. Vai em uma convergência política, como diz o Fiori, está preocupada em empurrar os problemas para frente, não vai resolver os problemas, então não vai resolver os problemas. Mas o crescimento econômico é o principal elemento da ascensão social e do engrandecimento do Brasil. Agora o enfrentamento dos problemas que estão vinculados à emergência do capitalismo urbano industrial não foram enfrentados. O Brasil não fez as reformas clássicas do capitalismo contemporâneo, não fez a reforma agrária, não fez a reforma tributária e não fez a reforma social. O Brasil tem uma estrutura fundiária hoje pior do que era nos anos 50 quando ganhou primazia a defesa da reforma agrária. Nós estamos falando de 60 anos de reforma agrária e a estrutura fundiária brasileira piorou, nós não enfrentamos a questão fundiária, da tributação, os pobres continuam pagando mais impostos, os ricos continuam pagando menos impostos. Qualquer país desenvolvido tem uma estrutura fundiária menos concentrada, uma estrutura tributária progressiva e não regressiva. O que avançou mais foi a estrutura social, o enfrentamento das questões do presente que se vinculam com as questões do passado. Estamos colhendo resultados muito importantes, tem a ver com a Constituição de 88, com melhor sofisticação e orientação das políticas sociais que se combinaram com o econômico no governo Lula. Mas, para nós, estamos gestando um novo ovo da serpente, cujo sinais de exclusão são muito maiores do que esses que nós conhecemos agora. São questões do presente que se vinculam com o futuro.

#### Hamilton Octávio de Souza - Quando você fala de sinais de exclusão, quais são estes sinais de exclusão?

O ovo da serpente que estamos gestando está estruturado em dois grandes eixos que estruturam as sociedades pós-industriais, que é para onde nós estamos indo muito rapidamente. O primeiro está vinculado à mudança demográfica, profunda mudança demográfica. Primeiro lugar porque há uma queda na taxa de fecundidade. Estamos hoje sem condição de repor a população, uma taxa de fecundidade de 1,8 filhos. Em 92 eram 2,8 filhos, mulheres brancas com mais escolaridade já estão com a taxa de fecundidade 0,9. Hoje o Brasil já é um país formado por não-brancos, em 2030 possivelmente teremos 2 a cada 3 não-brancos. Não falo isso por uma questão preconceituosa, falo isso por que os não-brancos são os mais vulneráveis no Brasil ainda hoje. E requerem uma política de atenção específica para este segmento. Segunda questão é que a partir de 2030 o Brasil terá uma situação inédita, que é a redução absoluta de sua nação. O número de nascidos será bem

menor do que o número de pessoas que morrem. Em 2030, o Brasil terá possivelmente 207 milhões de brasileiros. Os demógrafos estimavam há 20 anos que em 2030 o Brasil teria cerca de 240 milhões de brasileiros, vamos chegar a 207 e em 2013 nós teremos uma redução absoluta da população. Ou seja, em 2040 é esperado que tenhamos 205 milhões. Isso abre uma outra discussão, para os militares, republicanos em geral a demografia sempre foi estratégica, hoje a questão da demografia está em segundo plano, nós estamos satisfeitos com 207 milhões de habitantes, o Brasil precisa ter mais população ou menos população, o tamanho de uma economia está diretamente ligado ao tamanho da população, ainda mais pelo fato de que o grosso da população brasileira ainda está na parte litorânea do país, a densidade demográfica no Centro-Oeste é baixíssima. Esse é um ponto: a questão da mudança demográfica. Entraremos em uma fase de escassez de mão-de-obra e o Brasil sempre foi abundante na mão-de-obra. Quem farão os serviços mais simples do Brasil? Serão os paraguaios, os bolivianos, será uma outra realidade se manter esta trajetória, estou aqui especulando um pouco sobre a trajetória, com base em hipóteses.

#### Hamilton Octavio de Souza - Teremos novos tipos de exclusão?

Primeiro, está relacionado ao rápido processo de envelhecimento da nação. Em 2008, o Brasil tinha 3 milhões de pessoas com 80 anos ou mais. Em 2030 serão 20 milhões de pessoas com 80 anos ou mais. O Brasil não está preparado para lidar com esta situação, não tem políticas adequadas de saúde, de mobilidade. Pessoas com mais idade tem mais dificuldade de se mover. As nossas cidades não estão preparadas para essa condição, a condição do individualismo, da solidão que se remete ao fato de nós não termos mais políticas que olham a questão do lazer, da convivência, da sociabilidade. Um país com uma sociabilidade mínima exigiria centros de entretenimento, de lazer, de cultura de grande envergadura. Hoje, infelizmente, o nosso centro de integração é o shopping center. Isso aí não é integração alguma, isso aí é mercantilização do tempo livre. O risco de gerarmos uma sociedade sem coesão social é grande e a ausência da coesão é na verdade de uma dimensão de processo de exclusão muito grande. Segundo aspecto relacionado aos sinais de exclusão está associado a um movimento de desestruturação das famílias. As famílias que guardavam o mínimo de coesão comunitária e familiar eram formadas por dois adultos, duas ou três crianças. O que vem mais crescendo no país são famílias monoparentais, é um adulto e uma criança. Como adulto é uma mulher e quando não é um idoso, essas famílias não estão constituindo o mínimo de sociabilidade, porque a mãe ou o adulto

não está em casa. A criança ou está em um tempo diante da televisão ou um tempo na escola, que é um tempo não muito bem aproveitado. A escola não é mais aquele espaço como no passado, espaço de convivência e de construção de sociabilidade, é um espaço de competição.

#### Lúcia Rodrigues - Em relação ao mercado de trabalho nós temos um alto grau de informalidade hoje. Como fazer para reverter este tipo de situação?

Dois traços marcantes do Brasil urbano industrial estão relacionados. O primeiro é que nós temos constituído no país um mercado industrial de baixos salários, sempre com super-abundância de mão de obra. Isso se dá lá na transição da escravidão para o trabalho livre e não conecta ex-escravos no mercado de trabalho. Nós precisamos ter criado em 1931 a lei dos dois terços que obrigava aos empresários a contratar no mínimo dois terços no Brasil, porque até então eles contratavam os imigrantes. Este mercado de trabalho abundante tem a ver com a opção que o Brasil fez pela imigração branca e amarela. Foi em quantidade muito maior do que as necessidades que o país tinha; e em terceiro lugar pelo fato do Brasil não ter feito a reforma agrária, que terminou fazendo com que pessoas saíssem do campo e fossem para a cidade em número inimaginável. Foram mais de 100 milhões de pessoas que saíram do campo para cidade, sem coordenação, sem nada. No meu modo de ver, o fenômeno que estamos vivendo de mudança de estratificação social brasileira tem muito menos a ver com o que se chama de nova classe média e mais com o enfrentamento com o que os ingleses chamam de *working poor*, que é uma classe trabalhadora muito pobre que passou a ser beneficiada com uma política de salário mínimo mais revigorada e, de outro lado, com problemas que atendem a este segmento que estão no âmbito da classe trabalhadora. Nós mesmos estamos estudando esta questão e observamos que quando você fala de classe média, a classe social não é um fenômeno econômico, é um fenômeno pensado pela sociologia de forma muito mais abrangente e enriquecida, e não de forma primitiva como vem sendo apresentado por alguns estudos. Classe média não pressupõe apenas a renda, pressupõe uma estrutura ocupacional de como ela está inserida no mercado de trabalho. Pressupõe a sua capacidade em termos de propriedade, são pessoas que tem casa, que tem bens de consumo duráveis, gastam uma parcela de sua renda com cultura, com educação. Então é uma outra composição, portanto eu acredito que esta circunstância da informalidade, da rotatividade pressupõe crescimento econômico e ao mesmo tempo um fortalecimento muito mais ampliado das instituições que estão vinculadas ao mundo do trabalho, seja da patro-

“Um novo governo terá que fazer algumas opções, vai ter que fazer alguma reforma tributária”.

nal, seja dos trabalhadores. O Brasil precisaria fazer uma reforma trabalhista inclusiva, pois abrir esta possibilidade de você incluir os que estão de fora e fortalecer os que estão de dentro.

**Hamilton Octavio de Souza - O modelo que foi aplicado no Brasil a partir de 90 já vinha dos anos 80, mas com o Collor e depois com o Fernando Henrique, aumentou a informalidade e se construiu um patamar bem mais alto de desemprego permanente. Houve décadas no Brasil que era menos 3% e depois foi para cima de 15%, e em algumas capitais chegou em 25%. Como esse quadro está hoje?**

Nós partimos do pressuposto que o Brasil está vivendo hoje o embrião de um novo padrão de acumulação com fortes implicações sociais, olhando a história de longo prazo. O que tivemos entre as décadas de 30 a 70 foi um programa de crescimento econômico em que os sociais estavam subordinados ao econômico. Não precisava muito do social, porque o econômico cria emprego e resolve o problema da empresa. Havia uma maioria política cujo elemento organizador era o crescimento econômico e o social por decorrência ia melhorando. Este crescimento econômico foi também uma grande amálgama.

**Hamilton Octavio de Souza - O social que você chama é o salário?**

É o estado de bem-estar social. Mesmo crescendo rapidamente, dada a migração campo-cidade, São Paulo crescia uma barbaridade, mas o fluxo de migrantes terminava sendo em maior quantidade do que os empregos gerados. Esse ciclo de expansão do desenvolvimento nacional praticamente se desorganiza na crise da dívida externa, na qual a opção que o Brasil fez foi de pagar a dívida. Portanto, ele tirou o dinamismo do mercado interno, pois para pagar a dívida, nós geramos dólar. Para pagar a dívida em dólar, você precisa reduzir o mercado de trabalho, gerar um excedente exportador, e nossas exportações não eram o que sobrava do mercado interno. Elas eram o que reduzíamos do consumo interno para poder exportar. A opção foi pagar a dívida externa, o que significou retirar o dinamismo interno do Brasil e dependermos, recentemente, da situação econômica internacional. A implicação política disso é que você desestrutura aquela convergência política que vinha desde os anos 30, que é a de crescer. Quando não tem crescimento, o grande capital diz "mas eu tenho uma estrutura de produção que está voltada aqui, eu quero ter margem de lucro assim, assim e assado, mas não vai ter crescimento e você não vai ter esta margem de lucro". A não ser que você vá para exportação, aí pode ganhar. Mas quem tem condição de exportar no Brasil é o agronegócio e não a estrutura produtiva de São Paulo. O que acontece é que a democracia pressupõe apoio, pois a nossa trajetória de 500 anos não tem 50 de democracia. Nossa tradição é o autoritarismo, a imposição. Como se sustenta a democracia? Tem que ter apoio. A experiência democrática neste 25 anos foi criar



**"Os pobres continuam pagando mais impostos".**

equilibristas. A figura do presidente Lula é aquele que melhor soube combinar os extremos, ele tem o seus 70 ou 80% de apoio e é algo incrível, pois ele tem o apoio dos extremamente pobres, mas também tem apoio dos extremamente ricos. Os banqueiros não declaram que são contra, pelo contrário. A despeito de ter havido a queda das transferências de juros feita para o capital privado, continua a fazer 5 ou 6% do PIB, o que não é pouca coisa. Esse equilibrismo que se criou entre os sistemas não é novidade no Brasil. Gilberto Freyre conta a situação do império, de como é que o padrão de dominação de uma sociedade agrária se dá por esta forma de mando em que liderava os de baixo com os de cima. Na transição da democracia- em uma economia que não cresce- vai gerar a financierização da riqueza, isso é, os empresários frente a uma economia que não cresce percebem o decréscimo da sua taxa de lucro. Aí os enriquecidos pressionam o estado para que este compense a sua queda na taxa de lucro. Como ele vai compensar isso? Ele vai compensar com a macroeconomia financeira. Não se ganha mais na produção, e se ganha no juros.

**Tatiana Merlino - Mas é possível fazer a superação deste ciclo de pobreza atendendo os de cima e não fazendo as reformas que você citou?**

Não. Por isso eu estou falando que nós estamos no embrião de um novo padrão de acumulação, o padrão de acumulação que hoje está em curso, social-desenvolvimentista. É o padrão que, sem expropriar os ricos, vai na verdade em um trabalho de convencimento, de diálogo. No meu modo de ver, há sinais para uma nova convergência política, aqueles segmentos que eram participantes da macroeconomia financeira, a financeirização da riqueza, estão cedendo gradualmente para o in-

vestimento produtivo e variado. Os pobres estão vivendo melhor, mas os ricos também estão extremamente bem e não tem do que reclamar. E é compatível neste sistema você fazer esta mudança sem expropriação, sem radicalismo. Você faz esta negociação, uma frente que une os mais diferentes lados. Isso permite que o Brasil vá resolver os problemas do passado. Acredito que um novo governo terá que fazer algumas opções, vai ter que fazer alguma reforma tributária para sustentar o investimento, sustentar o gasto social. Olha a engenharia brasileira, nestes últimos 25 anos, tem diferenças entre os governos, os neoliberais foram muito próricos, o maior processo de transferência de riqueza ocorrido no Brasil foram nos anos 90. Os ricos nunca se deram tão bem no Brasil quanto nos anos 90, apesar da economia não ter crescido. Primeiro lugar é o seguinte: os ricos ganharam no Brasil e fora do Brasil, porque tem estrangeiro também, ganharam 15% do PIB através da privatização. O Brasil transferiu 5% do PIB que estava no setor estatal e passou para o setor privado. Segundo, a dívida pública brasileira, que no começo dos anos 90 era algo em torno de 30 foi para 60%, a dívida é aquele mecanismo que permite em cima de papéis, especulação de capital fictício transferir riqueza, transferência de riqueza pública, o estado do ponto de vista do seu orçamento repassando para 20 mil famílias. Terceiro, aprofunda a reforma tributária que foi feita no Brasil e aumenta a arrecadação. O estado participava com 25% do PIB e vai para 35% do PIB. De onde sai este recurso? Sai dos pobres, pois quem ganha dois salários mínimos paga um salário mínimo todo mês na forma de impostos. E isso aí foi para onde? Foi para o fundo público e ele viabilizou este processo de transferência. Essa equação que foi criada aumenta a carga tributária e com este aumento se atende os ricos e



**Novo sítio: [www.carosamigos.com.br](http://www.carosamigos.com.br)**

agosto 2010 | caros amigos 15

atender aos pobres não vai ser mais possível. Há um certo esgotamento de continuar a aumentar a carga tributária dessa maneira. Será preciso fazer uma reforma da tributação, aliviar os pobres e aumentar sobre os ricos. Começa agora a ser um governo que precisa fazer algumas opções mais duras. Ele poderá fazer se tiver convergência política, caso contrário será muito difícil.

**Tatiana Merlino - Quais são as outras opções que você considera urgentes?**

A questão tributária. Nós levamos ao limite as políticas de distribuição de renda. O estado brasileiro está distribuindo muito melhor o que ele arrecada. A questão é que precisamos fazer a transição das políticas distributivas para as políticas redistributivas. Políticas redistributivas não são aquelas do ponto de vista do gasto, mas do ponto de vista da arrecadação, de quem você vai arrecadar. O que acontece na sociedade brasileira, é que principalmente os que estão na grande mídia, são extremamente preconceituosos, olham os pobres e reclamam- pois os pobres recebem benefícios- e não observam que a classe média brasileira é extremamente beneficiada. A classe média tem uma série de subsídios, sem nenhuma contra-prestação. A classe média e os ricos. Uma das principais compensações está relacionada ao sistema de imposto de renda. Os ricos e a classe média utilizam-se do abono que tem na declaração do imposto de renda para financiar os seus gastos privados em saúde, em educação, em previdência. Em 2007, foram quase 12 bilhões de reais gastos para financiar a saúde privada. Tais beneficiários do recurso público financiando a saúde privada, são aqueles que contratam sete milhões de empregadas domésticas no país e somente 7% tem carteira assinada. Não tem nenhuma condicionalidade sobre aqueles que recebem recursos públicos favorecidos, subsidiados, mas há uma série de condicionalidades para os pobres no Brasil.

**Hamilton Octavio de Souza - O Brasil mantém uma contradição bastante forte há muito tempo que é o de ser uma potência econômica emergente - está entre as maiores do mundo do ponto de vista econômico - e tem um IDH lá embaixo, com recordes de desigualdades. Nos últimos anos a curva da desigualdade foi modificada? Há condições concretas de dizer que a desigualdade brasileira tem sido reduzida?**

Do ponto de vista da desigualdade de renda, que é uma das desigualdades mais primitivas do ponto de vista da sua medida, há sinais de que os extremos estão se aproximando, seja quando você trata do ponto de vista pessoal da renda do trabalho que é o que a PNAD do IBGE nos permite analisar. Na verdade, há uma elevação do piso, eleva-se o piso e se reduz a distância. É um pou-



co a trajetória dos países que tiveram a experiência democrática. Não se corta os grandes salários e se eleva os de baixo, então a desigualdade tende a diminuir. O Brasil sai de um índice de GINI de 0,6% para um índice de GINI de 0,54%, dado de 2008. Na verdade, estamos voltando à situação do Brasil dos anos 60. Em termos de desigualdade de renda, o primeiro índice GINI feito em 1960, quando o censo demográfico brasileiro passa a capturar renda, foi de 0,69. No final de 2010, o governo Lula pode entregar o Brasil com um índice de 0,49, nós voltaríamos aos anos 60. Qualquer país em que o índice GINI seja superior a 0,4 é um país muito primitivo. Pode-se falar de países com desigualdade razoável a partir do índice de GINI de 0,4. A dificuldade da mensuração técnica da desigualdade se dá pelo fato de que hoje tem presença na renda das pessoas ganhos do não trabalho, ganho financeiro, de lucro, da propriedade. E estes ganhos de propriedade dificilmente são capturados pelas pesquisas institucionais. O fato é que crescendo as rendas do não-trabalho possivelmente nos dá um indicador maior de desigualdade pela propriedade que nós não temos uma medida neste sentido. A desigualdade no Brasil é vergonhosa, se formos olhar os dados do índice GINI na propriedade fundiária brasileira é um absurdo, coisa de sociedade feudal.

**Tatiana Merlino - Levando em conta que o Brasil esgotou seu processo de políticas distributivas, nós corremos um risco de retroceder em relação à diminuição da**

**pobreza? Se o novo presidente do Brasil não tiver uma correlação de forças para passar para um outro patamar e fazer reformas nós corremos o risco de retroceder?**

Claro. O enfrentamento das mazelas geradas pelo capitalismo requer ação, como se fosse andar de bicicleta. Precisa sempre estar pedalando. Parando de pedalar, você cai. O enfrentamento das desigualdades, do processo de exclusão que está sendo gestado implica em uma ação contínua, sistêmica, organizada e planejada por parte do estado.

**Lúcia Rodrigues - Quando você coloca o equilíbrio do governo Lula entre as classes sociais, atendendo tanto ao setor financeiro, latifundiário e empresarial quanto aos trabalhadores, eu pergunto se não é o equilíbrio também entre o arcaico e o moderno e especificamente no modelo de desenvolvimento traçado pelo governo em cima do agronegócio, que hoje é louvado pelo governo e utiliza mão-de-obra escrava?**

Combinação do novo com o atrasado é uma especificidade da história brasileira, não há nenhuma novidade neste sentido. Somos especialistas neste aspecto, de tal forma que a presidência da República encontra-se em uma espécie de trapézio. Acredito que o próprio sucesso do governo Lula é utilizar ao extremo essa sua capacidade de equilibrar os extremos. Não acredito que o presidente Lula tenha dado mais ênfase ao agronegócio do que os governos anteriores. Não houve nenhuma ruptura em relação ao passado, as questões de financiamento, as questões de estrutura. A combinação do velho com o atrasado é questionada de certa maneira quando no Brasil se compara a devastação da floresta amazônica com a trajetória do crescimento econômico. O novo com o velho não é algo que a gente percebe neste exemplo que você falou do trabalho escravo, em modalidades de trabalho forçado no agronegócio, como também o uso intensivo de química que é destrutiva para o meio ambiente. Se formos olhar também para a agricultura familiar há também modalidades de combinação do novo com o velho.

**Lúcia Rodrigues - Como você vê a opção do governo na constituição de grupos econômicos privados em várias áreas da economia, siderurgia, indústria petroquímica. Não acha que isso é uma concentração ainda maior e isso não vai dar um problema lá na frente? Isso não é um risco para o desenvolvimento econômico do país?**

Embora seja um risco, o capitalismo do século 21 é o capitalismo assentado em grandes proporções. Estamos vendo um quadro onde não são mais países que tem empresa, mas são empresas que tem países. Isso não é um fenômeno brasileiro, mas sim um fenômeno mundial. A estratégia chinesa é a seguinte: eles querem ter 150 das 500 grandes empresas do mundo, é sistema de dominação. O Brasil não tinha uma política para as grandes empresas, se o Brasil quer participar deste mercado global, ou ele tem grandes empresas ou

“Precisamos fazer a transição das políticas distributivas para as políticas redistributivas”.

“A combinação do novo com o atrasado é uma especificidade da história brasileira. Somos especialistas neste aspecto”.

ele está fora. Sendo assim, não vejo outra opção a não ser ter grandes corporações nacionais, isso é uma necessidade.

**Lúcia Rodrigues – Mas o estado não poderia fazer uma opção pelo público e não pelo privado? Ou você acha que não tem fôlego para atuar em...**

Mas o que quer dizer isso? Ter empresa estatal?

**Lúcia Rodrigues – Sim**

Sim, tudo bem. Nós estamos em uma terceira etapa na formação de grandes grupos, as duas anteriores fracassaram. Nós tivemos no Plano Cruzado a tentativa de formação de grandes grupos brasileiros com inserção internacional, que era a proposta de criar uma holding, em 86, de todas as empresas estatais daquela época, pois havia uma empresa estatal como a Petrobras que era superavitária, mas tinha outras empresas deficitárias, que iria criar uma grande capacidade de intervenção a partir do estado. Era essa a visão “estatista”, mas não deu certo por várias razões. Uma segunda tentativa de grandes grupos se deu pela via mercado, pela privatização, que era tirar do estado e passar para grandes grupos privados. Ela fracassou porque parte significativa destas grandes empresas foram para o setor privado estrangeiro. Porque eles fizeram as empresas estrangeiras ganharem, as grandes empresas internacionais compraram as empresas estatais e fecharam, aumentou a nossa dependência. Fracassou e agora nós temos uma terceira através do papel estratégico do BNDES que está junto, por exemplo a Vale do Rio Doce, é uma empresa privada? É, mas o grosso das ações estão nos fundos de pensão, uma parte estrangeiros, mas uma parte nacional.

**Tatiana Merlino – Como você vê este crescimento do capitalismo brasileiro? Quais são suas consequências com a transnacionalização das empresas brasileiras e aquilo que alguns autores chamam de subimperialismo brasileiro na América Latina?**  
Vamos olhar para uma experiência concreta que é o Mercosul, constituído originalmente do ponto de vista da regulação pública. São os governos que dão uma base para a constituição do Mercosul em um momento em que a integração econômica é baixíssima. Embora originalmente suas ideias e objetivos sejam muito amplos, o que vai dar base ao Mercosul são as relações de comércio. Infelizmente, o avanço do ponto de vista da regulação pública foi muito limitado. Não avançamos do ponto de vista de construção de fundos, de integração em termos de estrutura, em termos de políticas sociais. O que vemos nesta primeira década do século 21 é uma integração via econômica. É impressionante a velo-

cidade com que grandes grupos econômicos estão comprando grupos na Argentina, Uruguai e assim por diante. Neste sentido, teremos problemas e tensões muito grandes. E isso não resulta do vigor do setor econômico, mas sobretudo da debilidade da nossa ação pública em fazer algo mais articulado de avanço do Banco do Sul, algo fundamental para você ter financiamento para as atividades econômicas. A nossa baixa capacidade de integrar do ponto de vista das políticas sociais, a estrutura do estado brasileiro está muito mais vantajada do que a estrutura do estado argentino, uruguaio e sobretudo paraguaio. O Brasil precisava ter criado uma espécie de IBGE, um IPEA dos cinco países. Essa integração pressupõe que a inteligência do ponto de vista da integração destes países. Precisamos pensar em um projeto de desenvolvimento supra-nacional. A América Latina sobretudo no sul é um arquipélago de país, pois a nossa integração em termos de ferrovias, rodovias é mínima. Qual é a integração do ponto de vista da energia? Há muito o que fazer neste sentido e isso pressupõe capacidade de estado para poder operar. Outro risco é de não ter uma estratégia de desenvolvimento internacional, sul-americano de conformar a divisão internacional do trabalho que façam que os países latino-americanos sejam produtores basicamente de bens primários. Se não tiver políticas de agregação de valor que permitem agregar a cadeia produtiva como um todo, o risco é concentrar nestas especificidades e não necessariamente vão permitir um salto de qualidade e talvez acirrar mais a competição e esta ideia de sub-imperialismo.

**Hamilton Octavio de Souza – Essa taxa de juros praticada no Brasil foge do que está no mundo hoje, inclusive porque a crise econômica fez baixar o preço do dinheiro para aumentar a atividade produtiva. Por que aqui nós continuamos com essa taxa de 10,75% que é uma das mais altas do mundo? Qual o enfrentamento a se fazer?**

Primeiro, precisamos entender que o papel do bancos no Brasil é diferente do papel dos bancos em uma economia desenvolvida, o papel dos bancos é de inclusão dos créditos. O crédito no Brasil vem crescendo, no final do governo Fernando Henrique o crédito representava algo em torno de 1/4 do PIB, hoje está quase representado pela metade do PIB. Nos países desenvolvidos, o crédito representa o PIB ou mais que o PIB. Os bancos aqui têm uma função diferenciada, não se especializaram no crédito que é o que caracteriza a função do banco. Em grande medida, a economia brasileira está fora da dependência do crédito, por isso que embora o crédito seja alto, isso não tem o mesmo impacto negativo que teria em uma economia desenvolvida.

**Hamilton Octavio de Souza – Aqui o capital é subsidiado?**

Sim, no caso da política pública. Há investimento e este investimento muitas vezes ocorre sem a presença do crédito, que é capital próprio ou, devido ao grau de internacionalização da economia brasileira, os grandes grupos estrangeiros trazem dinheiro de fora e não dependem tanto do dinheiro aqui. Agora os equívocos que os Bancos Centrais cometem não são pequenos. Se formos olhar durante a crise do último trimestre de 2008, para aqueles que lêem o boletim do Banco Central, o boletim do COPOM diz que a economia está regredindo no Brasil, sinais de aumento das demissões e o boletim do Banco Central está dizendo que a economia está bombando, que tem que aumentar os juros, só vão derrubar os juros em 2009. Dois é que no período de elevação dos juros, o equívoco maior é acreditar que o ciclo de aceleração que tivemos no início do ano tem haver com inflação de demanda. Quando você tem maior consumo do que oferta, a política monetária tem um impacto importante porque ela atua de forma generalizada. O que tínhamos no começo do ano era uma inflação localizada, pedia políticas pontuais e não políticas generalistas como são as políticas monetárias. Outra coisa é que a política monetária não tem efeito imediato, ela leva 5, 6, 7 meses para evoluir. Nós vamos começar a colher os resultados da política monetária agora no segundo semestre, daquelas que foram tomadas no início do ano para interromper o período de queda, quando na verdade não tem mais inflação, é um circuito de baixa. O pior é que a taxa de lucro tem relação com os investimentos, a melhor política de enfrentamento em relação à demanda é o aumento de investimentos, pois significa aumentar a capacidade de produção para ter oferta. A política monetária atua com a expectativa dos investimentos, no meu modo de ver nós utilizamos de forma equivocada.

**Hamilton Octavio de Souza – A taxa de investimento no Brasil é em torno de 18 ou 19 do PIB?**

É 18 ou 19, mas está crescendo.

**Hamilton Octavio de Souza – E a transferência de renda que isto proporciona? É muito grande?**

Essa visão do Banco Central vai implicar em um aumento do gasto público desnecessário. Eu não sei como calcular isso, mas os defensores dos juros altos são aqueles que dizem que tem que cortar custeio, tem que cortar salário, tem que cortar benefício e isso é aumentar o gasto, e um gasto que não tem utilidade nenhuma. É o gasto público que você faz para pagar o juros da dívida.

**Hamilton Octavio de Souza – Vai pra quem isso?**

Olha, isso vai para uma parcela tão concentrada que se fores olhar do ponto de vista dos clãs das famílias, são cerca de 20 a 25 mil famílias. Clãs são os Marinhos, os Ermírios. 20 a 25 mil clãs de famílias. 🏠



Novo sítio: [www.carosamigos.com.br](http://www.carosamigos.com.br)

agosto 2010 | caros amigos 17